



HISTÓRIA DEBATES E TENDÊNCIAS

ISSN: 1517-2856

ISSN: 2238-8885

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo

Oliveira, Mariana Esteves de
Movimentos Sociais de Mulheres: Memórias, redes e imagens
HISTÓRIA DEBATES E TENDÊNCIAS, vol. 21, núm. 2, 2021, Maio-Julho, pp. 44-66
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo

DOI: <https://doi.org/10.5335/hdtv.21n.2.11827>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552476817004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org

UABEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Movimentos Sociais de Mulheres: Memórias, redes e imagens¹

Social movements of women: memories, networks and images

Movimientos sociales de mujeres: memorias, redes e imágenes

Mariana Esteves de Oliveira*

Resumo: Neste texto, apresentamos as memórias do Movimento de Mulheres de Andradina organizados no bojo de uma entidade católica progressista da periferia do município entre os anos 1970 e 1996. As trajetórias de pesquisas que desvelaram o acervo documental do movimento permitem apreender as nuances das ações e dos acervos marginais de grupos populares periféricos, como a utilização de rede tecida na solidariedade dos grupos para potencializar o papel dos documentos recebidos e produzidos nas experiências de lutas. Por fim, aplicando uma perspectiva interseccional, analisamos as estéticas de imagens disponíveis no acervo documental do IAJES para reconhecer elementos implícitos nos textos, compreendendo a imagética dos movimentos populares periféricos como uma expressão de suas expectativas sociais, de potência e radicalidade.

Palavras-chaves: Acervos marginais. Estética documental. Movimentos de mulheres.

Abstract: In this text, we present the memories of the Andradina Women's Movement organized in the midst of a progressive Catholic entity on the outskirts of the municipality between the 1970s and 1996. The research trajectories that unveiled the movement's documentary collection allow us to apprehend the nuances of actions and marginal collections of peripheral popular groups, such as the use of a network woven in the solidarity of groups to enhance the role of documents received and produced in the experiences of struggles. Finally, applying an intersectional perspective, we analyze the aesthetics of images available in the documentary collection of IAJES to recognize elements implicit in the texts, understanding the imagery of peripheral popular movements as an expression of their social expectations, of power and radicalism.

Keywords: Marginal collections. Documentary aesthetics. Women's movements.

Resumen: En este texto presentamos las memorias del Movimiento de Mujeres Andradina organizado en medio de una entidad católica progresista en la periferia del municipio entre las décadas de 1970 y 1996. Las trayectorias de investigación que dieron a conocer el acervo documental del movimiento permiten captar los matices de las acciones y colecciones marginales de grupos populares periféricos, como el uso de una red tejida en la solidaridad de grupos para potenciar el papel de los documentos recibidos y producidos en las experiencias de las luchas. Finalmente, aplicando una perspectiva interseccional, analizamos la estética de las imágenes disponibles en la colección documental de IAJES para reconocer elementos

implícitos en los textos, entendiendo el imaginario de los movimientos populares periféricos como expresión de sus expectativas sociales, de poder y radicalismo.

Keywords: Colecciones marginales. Estética documental. Movimientos de mujeres.

Introdução

Um dos mais instigantes desafios da História Social que se ocupa dos temas dos movimentos sociais é compreender as relações que compõem as complexas treliças entre os sujeitos e as estruturas, e nelas enxergar a agência humana. Historiadores e historiadoras sociais são provocados a deslindar as redes submersas de ações, resistências e acomodações das pessoas comuns, homens, mulheres e crianças que ainda permanecem anônimos mesmo que a pesquisa histórica recomende, já há um tempo considerável, a guinada para uma história vista de baixo para cima, ou, como mais recentemente defendeu bell hooks (2019), das margens ao centro.

Se antes era preciso romper com o elitismo presente na narrativa positivista, persistem ainda hierarquias sutis que ensejam disputas dentro do próprio campo acadêmico, expressas também na geopolítica do conhecimento. Isto dificulta o reconhecimento de uma historiografia que pulula hoje a partir de processos vinculados à chegada de sujeitos das classes populares, das mulheres e dos negros e negras aos bancos universitários, fruto de lutas que, embora inconclusas e constantemente ameaçadas, precisam ser vistas em seus protagonismos, potências e resultados sociais e científicos.

Não é raro, também, que os movimentos sociais estejam representados nos imaginários intelectual e político de forma separada, distinguidos em movimentos de classes/trabalho e movimentos identitários. Neste persistente poder de enunciar classificações, os movimentos de mulheres foram alocados na segunda gaveta, provida de presunção de menor valor que as lutas classificadas como estruturais e revolucionárias, as “verdadeiras lutas”. Mas uma renovada produção e leitura das memórias, imagens e escritas de (e sobre) mulheres e seus movimentos têm, contra essa premissa, por meio da categoria da interseccionalidade, desvelado que o lugar epistêmico onde suas lutas foram colocadas pela historiografia social nem sempre coincide com o que ocuparam nas situações fundacionais da sociedade moderna.

As lutas de gênero e raça passam a figurar como entrelaçadas organicamente às lutas de classes quando analisadas para além de suas superfícies. Não significa dizer apenas que há novos intelectuais afirmando isso, mas que há uma releitura e valorização de sujeitos e autorias que já apontavam tais perspectivas, como Ângela Davis, Bell Hooks, Patricia Hill

Collins e no Brasil, os exemplos das obras de Lélia Gonzales e Maria Beatriz do Nascimento, entre outros. Ao analisar a produção intelectual de onde emerge o paradigma da interseccionalidade, Flávia Biroli e Luiz Felipe Miguel alertam que:

As diferenças de classe continuam fundamentais para o entendimento das assimetrias nas trajetórias das pessoas, colocando mulheres (e mesmo a população negra, mas em menor medida, pois a sobreposição entre classe e raça é bem maior) em posições diversas, por vezes até contraditórias entre si. E a compreensão de como gênero (e também raça) impacta as relações de produção é crucial para avançar na análise da sociedade capitalista, formando toda uma agenda de pesquisa cuja relevância é inegável, mas que permanece sub-explorada (BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 49).

Silvia Federici (2017) apresenta um ponto nodal deste problema. Para esta filósofa, a acumulação primitiva do capital descrita por Marx merece ser reexaminada considerando (e somando) os processos de disciplinarização da reprodução da vida e do trabalho doméstico, sem os quais a gênese do capitalismo não triunfaria. Tal disciplinarização produziu uma espécie de cercamentos dos corpos femininos, pois, diferente daquilo que ocorria na era medieval em relação à margem de autonomia ou controle de natalidade realizada pelas mulheres, “a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista (FEDERICI, 2017, p. 178).

A autora defende que a perseguição da Igreja e do Estado contra mulheres na grande caça às bruxas da era moderna produziu materialidade e discurso suficientes para esta configuração, de modo que as mulheres, costumeiramente vinculadas à dimensão comunitária e muitas vezes mais dependentes das terras comunais, foram as maiores vítimas e, ao mesmo tempo, rebeldes, ao advento da capitalização das vidas. Elas forjaram resistências, movimentos e participaram ativamente de revoltas contra a privatização de terras porque eram atingidas, também, enquanto gênero. Com efeito, as pautas dos movimentos de mulheres se relaciona(va)m com as esferas do trabalho reprodutivo e doméstico (a elas legado pela fundação do capitalismo) e, portanto, são movimentos que não se descolam dos mundos do trabalho, em sua acepção ampliada, não obstante as variadas faces e contradições nas trajetórias históricas de suas organizações.

Se a História Social tributária dos marxistas britânicos avançou enormemente em relação à crítica de uma suposta irracionalidade e espontaneidade das turbas e motins que se colocavam nas fronteiras do processo de advento do capitalismo e dos ritmos do trabalho industrial (GROH, 1979; THOMPSON, 1998), é salutar dizer que outras experiências sociais já haviam dado movimento ao corpo rebelde nos pilares do processo e projetado antíteses de modelos de sociedade:

No entanto, o modo como a história das mulheres se entrecruza com a história do desenvolvimento capitalista não pode ser compreendida se nos preocuparmos apenas com os terrenos clássicos da luta de classes — serviços laborais (labor services), índices salariais, rendas e dízimos — e ignorarmos as novas visões da vida social e da transformação das relações de gênero que tais conflitos produziram. Elas não foram insignificantes. É na luta antifeudal que encontramos o primeiro indício na história europeia da existência das raízes de um movimento de mulheres que se opunha à ordem estabelecida e contribuía para a construção de modelos alternativos de vida comunal (FEDERICI, 2017, p. 44-45).

No mundo contemporâneo, a expansão contínua do capital reafirma a própria natureza do capitalismo, em ritmos diferentes nos territórios diferentes, englobando cada vez mais o trabalho reprodutivo. Federici (2019) considera que as estratégias da acumulação primitiva se renovam e se reinventam pelo lugar que estabelecem às mulheres, sobretudo as mulheres negras, as periféricas e as camponesas. Isso se manifesta nos reiterados processos de colonização e cercamentos de terras comunais que restam pelo mundo, nas comunidades tradicionais, nos territórios do sul global, muitos deles alvos da reestruturação produtiva atual, e em situações que infligem expropriação agrária e quebras de autonomias, de sustentabilidade e tradições.

No capitalismo, as violências contra mulheres e a misoginia seriam, por um lado, manifestações relacionadas ao que a filósofa denomina de “patriarcado do salário” (2017, p. 193). Os movimentos feministas e de mulheres, por outro lado, devem ser compreendidos como possibilidades da resistência e das lutas de classes e merecem ser conhecidos ou reexaminados à luz de perspectivas que levem em conta estes elementos estruturais e estruturantes da sociedade, preferencialmente de forma interseccional.

Partindo dessas premissas teóricas, neste texto, apresentaremos alguns aspectos relativos à memória documental e imagens de movimentos de mulheres, especialmente a partir do acervo do Movimento de Mulheres de Andradina, grupo que se organizou histórica e politicamente a partir das experiências das Comunidade Eclesiais de Base – CEB’s dos anos 1960 e que, durante os anos 1970, se desenvolveu com a organicidade promovida por uma entidade católica progressista chamada Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor – o IAJES.

Esta instituição nasceu e atuou no município de Andradina (interior e extremo oeste do Estado de São Paulo) e em rede regional, entre os anos de 1970 e 1996, na organização de projetos sociopolíticos com grupos populares, construindo sua missão estatutária resumida em “conseguir um envolvimento sempre maior da população da periferia no processo de seu desenvolvimento comunitário, através de intervenções que visem como meta prioritária à educação popular libertadora” (Caderno IAJES, 1979, p. 03).

Por sua origem e composição, os movimentos forjados na trajetória das ações do IAJES têm bases femininas e expressam as demandas e ações de novos movimentos sociais

que emergiram nas periferias do país em tempos de luta pela redemocratização, naquilo que Eder Sader descreveu como “os novos personagens que entravam em cena” (1988), ao discutir a ampliação do cenário político provocada pelos movimentos populares daquele período.

As mulheres do IAJES, apesar de se originarem de dentro da igreja, debatiam pautas feministas, especialmente quando em contato com os grupos de mulheres de outras cidades e estados para a construção da Carta aos Constituintes, mas não se definiam como feministas. À época, os discursos que ocupavam suas pautas e projetos tinham uma centralidade na política, como podemos compreender com o trecho da entrevista realizada com Aparecida Gonçalves, ex-Secretária Nacional de Combate à Violência Contra a Mulher do governo de Dilma Rousseff, e cuja militância se iniciara em Andradina através do IAJES. Ao ser indagada sobre o vínculo das mulheres organizadas no seio da entidade com o feminismo:

[...] talvez se fosse hoje o IAJES teria um grau da intelectualidade feminista, mas nós tínhamos, no período do Iajes, era um período que você lutava pela democracia, contra a miséria né, então acho que era um momento histórico em que as mulheres eram protagonistas tanto quanto os homens, e muitas vezes na linha de frente, mas não era naquele momento, não era um momento de um feminismo de estar colocado e pautado a questão dos feminismos, do feminismo. E é num período quando as feministas voltam, da ditadura né, então você vai encontrar, esse período aí, esse encontro. Você vai ter, quando as grandes feministas, é, por que o Iajes também vai lutar pela anistia, então as feministas voltam já na questão da anistia. Então quando as feministas voltam, porque quando elas saíram elas foram pra Paris né, elas foram pros Estados Unidos, elas foram pro Chile, e lá elas descobriram e leram muita coisa, conviveram com grandes feministas, elas vêm pra cá nesse período com muita força e vai ajudar, primeiro, a luta pela anistia né, e aí, com a anistia, a vinda delas, elas também entram na luta pela democracia, mas já fazendo uma diferença. Mas ainda o Iajes está em Andradina, ele não entra em São Paulo, no Rio, onde tava as grandes influências e essas coisas todas. Mas pra mim, o Iajes, ele era altamente revolucionário, ele era socialista e ele era feminista. Pra mim eu não tenho dúvida nenhuma disso. (ENTREVISTA COM APARECIDA GONÇALVES, 2016).

Apesar da centralidade nos marcos da política para explicação dos projetos com que as mulheres organizadas de Andradina se identificavam, é presente, na memória de Aparecida, a dimensão da radicalidade social desse movimento. Nossa hipótese é que mais que reações políticas aos autoritarismos e ausências de direitos sociais, as mulheres do IAJES revelam uma incontornável natureza comunitária, anti-privatista, que pressupõe uma combatividade estrutural, contra o patriarcado e o capitalismo, contra a individualização e privatização da vida. Isso coadunaria com o esforço empregado nas lutas pela saúde (esfera reprodutiva, do cuidado) entre 1979 e 1985, empreendidas pelos grupos organizados no IAJES e direcionadas doravante a serem assumidas pelas esferas públicas municipais e estaduais.

Outro elemento que nos parece central para enveredar nossa análise é o conceito de rede. Ilse Scherer Warren (1996) aponta as configurações de relacionamento em redes como

estratégias das dinâmicas de ONG's e movimentos populares, principalmente para a sobrevivência material e realização das atividades com poucos recursos quando se trata de grupos populares. Os movimentos sociais desta região se organizaram em redes múltiplas e se comunicaram intensamente na sua tessitura, em trocas dinâmicas, de forma que sua unidade, o grupo local de Andradina, atuava em pertencimento com o movimento regional e, por vezes, em amplitudes nacionais, ao mesmo tempo que, no interior do instituto, outras redes se configuravam. Em texto escrito a partir de nossa pesquisa em parceria com Cíntia Crescêncio, apresentamos que:

[...] para compreendermos a experiência da mobilização das mulheres na Constituinte, convém realizar níveis de aprofundamento no próprio sentido construído pela experiência histórica em direção às bases, às mulheres de carne e osso nas suas comunidades, entendendo o grupo do Movimento Regional de Mulheres como um primeiro nível e, em um novo mergulho, reconhecendo um dos grupos de mulheres que compunham o MRM em seu interior. Trata-se, aqui especificamente, do grupo de mulheres da cidade de Andradina, sob a assessoria do IAJES, sem perdermos de vista a conexão — sempre em rede — destes níveis e grupos. (CRESCÊNCIO, OLIVEIRA, p. 09).

O acervo documental do IAJES expressa a característica de rede, face a presença de documentos de autorias de outros grupos e, frequentemente, com indícios de comunicações entre eles para seus usos. Os documentos por elas produzidos possuem um amálgama de matrizes discursivas dentre as quais se destacam a da Teologia da Libertação e a formação do Partido dos Trabalhadores. No município, foram os grupos populares envolvidos às atividades do instituto que também fundaram o PT e se candidataram às eleições na década de 1980. Embora os discursos religiosos e políticos possam se interpor nas fontes, importa-nos analisar suas memórias a fim de perscrutar outras formas pelas quais suas manifestações as desvelem a partir daquilo que não está óbvio, dito/escrito.

Buscamos nas fontes os indícios dos tensionamentos que apontem possíveis intersecções de pautas de classe, raça e gênero nas suas experiências. Por isso, além do resguardo e da leitura documental do grande cabedal de fontes legado pelo IAJES, que explicaremos a seguir, propomos um reconhecimento das estéticas documentais e de seus desenhos, das imagens produzidas e escolhidas para a defesa de suas lutas e expectativas. Além de desnudar o objeto e sua documentação, apresentaremos três imagens que podem exprimir a necessidade de abriremos nossos olhares às estéticas periféricas e saberes produzidos pelas gentes comuns nas suas militâncias com as complexidades que nem sempre estão reconhecidas ou consolidadas academicamente.

Um movimento popular e seus papeis-memórias

Com uma estrutura nucleada em atividades pastorais vinculadas à Diocese de Lins, alguns funcionários próprios para serviços administrativos e da área de Serviço Social, bem como dezenas de voluntárias, em maioria de mulheres, o IAJES atuou em projetos germinados na prática das visitadoras das CEB's, inicialmente em torno da saúde do povo, e por direitos políticos e sociais. Os projetos desenvolvidos pela entidade para perseguir seus objetivos estatutários junto aos movimentos populares eram enviados e financiados por agências católicas internacionais de fomento, como a alemã *Misereor* e a holandesa *Cebemo*. Desta forma, o instituto conseguia abrigar, promover e subsidiar programas e práticas sistemáticas consideravelmente abrangentes junto à comunidade, a exemplo da própria luta pela saúde, já mencionada aqui, em parceria com as Sociedades Amigos de Bairros (SAB's), que até 1985 havia constituído onze ambulatórios de atendimento médico e um laboratório de análises clínicas para atender a população carente nos onze bairros periféricos da cidade. Cabe lembrar que o SUS é uma conquista posterior, de 1988, provavelmente inspirada em demandas comuns a esta experiência. Em 1985, o IAJES propôs e celebrou um convênio entre a Prefeitura Municipal de Andradina e a Secretaria de Saúde para que assumissem, junto a um conselho popular, estes ambulatórios e laboratório obtidos pela ação dos movimentos populares do instituto. São muitas as lutas e experiências de participação política dos grupos presentes no IAJES, com intenso trânsito entre eles.

Evidentemente que os recursos angariados e manejados pelo instituto eram reduzidos perto daqueles obtidos por instituições combativas presentes nos grandes centros, porém, o IAJES demonstrou estabilidade na conquista de projetos financiados e, conseqüentemente, no sucesso de muitas ações com a comunidade a médio prazo. Recentemente, retornamos aos estudos sobre tais grupos e iniciamos um conjunto de investigações sobre o Movimento de Mulheres do IAJES, com destaque à sua participação no movimento da Constituinte. Na pesquisa, temos mapeado algumas estratégias que nos permitem afirmar que os movimentos populares de mulheres dos anos 1980, sobretudo os que estavam nos rincões do país, fora das capitais, às periferias e margens, utilizavam-se de múltiplas formas das articulações em redes, fortalecendo-se mutuamente e construindo uma treliça de trocas de correspondências, materiais, cursos, apoios, intercâmbios (CRESCÊNCIO, OLIVEIRA, 2019).

Estas investigações culminam em considerações coincidentes acerca da multidimensionalidade e o trânsito dos (e entre) grupos organizados e estas relações, caracterizadas por serem tão dinâmicas, por vezes, se encontram nos aspectos da memória documental, em traços comuns que ficariam invisíveis se vistos com a redução em séries ou

grupos documentais descontextualizados da experiência institucional. Por isso, analisar as pastas documentais dos movimentos mulheres sem dialogar com os documentos administrativos ou mesmo às fontes classificadas nas séries intituladas de Educação Popular poderia significar um olhar negligente à complexidade e dinamicidade presentes na organização e experiência dessas mulheres. Igualmente, analisar panfletos e cadernos dos movimentos de mulheres de Andradina sem olhar para outros acervos congêneres nos parece problemático, até porque o próprio movimento se estendeu para outros grupos.

No início dos anos 1980, o grupo de mulheres do IAJES se articulou regionalmente, constituindo-se como Movimento de Mulheres de Andradina, dentro do Movimento Regional de Mulheres. Entre as muitas práticas cotidianas e internas ao IAJES e ao município e as ações operadas em diálogo regional com grupos de mulheres e movimentos feministas, destacamos o movimento pela obtenção das milhares de assinaturas e a construção processual das demandas femininas no movimento da Constituinte, que demandou grande organização articulada pela entidade Rede Mulher, de São Paulo, que por sua vez atendia ao chamado do recém criado Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. A presença institucional do IAJES parece decisiva para o fomento das ações do movimento, para o trânsito das mulheres em diversas áreas da militância empreendida pelo grupo e para o registro de suas memórias, já que o IAJES constituiu um centro de documentação próprio durante o seu desenvolvimento institucional.

A documentação do instituto pode ser caracterizada por sua riqueza, diversidade e potencialidade. Após o fim da sua existência administrativa, em 1996, seus documentos foram transferidos para um galpão de beneficiamento de arroz desativado, que o IAJES construíra nos fundos da comunidade periférica onde se originara, mas que, tal como as atividades do instituto, entrava em crise com o advento do neoliberalismo e asfixia de recursos destinados às entidades combativas.

A retomada da documentação se deu por meio de uma pesquisa de mestrado sobre a entidade a partir de 2004, que depois gerou sua doação e direcionamento à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, em 2006, constituindo o “Acervo Giancarlo Oliveri” dentro do Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro. A estabilização e institucionalização do acervo tem alimentado inúmeras pesquisas sobre os mais variados processos que tocam as experiências dos grupos organizados pelo IAJES, contextualizados pela Teologia da Libertação, Redemocratização e Movimentos Populares. Nas análises das experiências vividas pelos grupos militantes, a exemplo do Movimento de Mulheres, podemos compreender a importância de descentralizarmos os estudos sobre estes sujeitos,

objetos e tais contextos e, como resultado indireto, mas não menos importante, é possível depreender a envergadura inerente aos acervos periféricos para a realização de uma genuína história vista de baixo, e da margem ao centro. O próprio olhar sobre as trajetórias da sua documentação nos permite refletir sobre as dinâmicas que compõem o universo dos movimentos populares periféricos.

O IAJES havia investido recursos importantes no processo de organização de seus acervos documentais. No início dos anos 1980, a entidade parecia consciente da importância de organizar, registrar e guardar o material produzido por si e/ou recebido de outras agências e movimentos congêneres de toda a América Latina. Esta consciência se expressa no intercâmbio de cursos com o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), versando sobre o trato arquivístico, bem como da submissão de um projeto de duração de dois anos para construção de seu acervo, junto às entidades de fomento, com direito à contratação de uma profissional especialmente para tal intento. Janice Gonçalves salienta, sobre os acervos de movimentos populares, que:

No dia a dia das entidades, a produção de registros documentais é consequência direta do exercício de sua atividade e frequentemente busca cumprir objetivos bastante imediatos (...) embora isso não impeça que haja no momento mesmo em que a ação se faz, uma perspectiva histórica mais ampla e uma 'vontade de memória', uma intenção de perpetuação da iniciativa (GONÇALVES, 2003, p. 02).

No caso do IAJES, destacamos as memórias da professora Ana Maria Esteves Bortolanza, militante do instituto que, à época, licenciou-se do serviço público para atuar no projeto aprovado, da organização do acervo da entidade. Por meio de entrevista semiestruturada, ela nos informa que:

A ideia de um centro de documentação popular surgiu com a necessidade de registrar a história dos movimentos, de todos, inclusive das CEBs. Também queríamos ter uma visão de conjunto com tudo registrado. Outra preocupação foi organizar o centro de documentação para que fosse frequentado pelos movimentos e grupos populares. Pretendíamos fazer do centro um lugar onde os moradores dos bairros, os trabalhadores, enfim, todos pudessem fazer consultas e refletir sobre sua própria história (ENTREVISTA ANA MARIA E. BORTOLANZA, 2020).

Nos escritórios da igreja matriz Nossa Senhora das Graças, onde a entidade funcionou até 1996, a documentação produzida ou acolhida pelo instituto serviu ainda para alimentar as práticas de educação popular, tanto do ponto de vista imediato, sendo os documentos resultados destas práticas cotidianas, quanto de uma perspectiva estruturante, já que os registros eram fundamentais para a construção dos projetos de financiamentos e relatórios enviados às agências externas. O IAJES produziu um número muito substancial de documentos também porque possuía equipamentos de gráfica offset, que lhe permitia desenvolver seus próprios panfletos e cadernos, em quantidades e variedades consideráveis.

Porém, o acervo é constituído quantitativamente muito mais por documentos oriundos de outros grupos, recebidos por correspondência e troca naquilo que se podemos chamar de redes de movimentos sociais (WARREN, 1996).

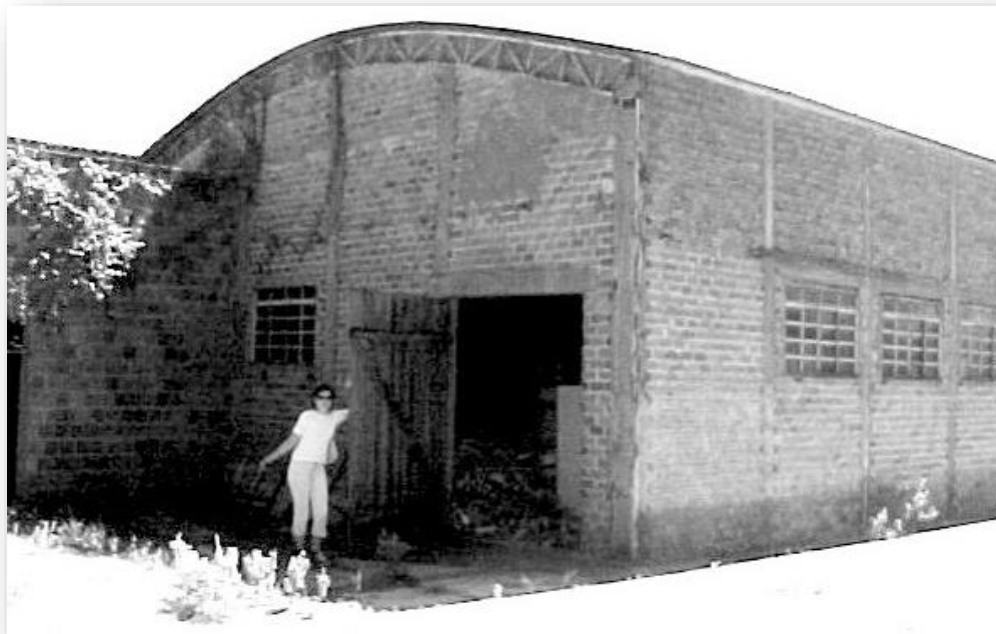
Estes documentos eram classificados e organizados pelo instituto com recursos da arquivística, recebendo um carimbo de registro onde constava o grupo relacional (Mulheres, CEB's, SAB's, Saúde, Orçamento Popular, e outros), bem como a data do documento, quando se soubesse, e do registro. Foram estes dados, introduzidos aos documentos após suas feitura e utilização, que contribuíram para dar início ao processo de reorganização do acervo em 2006, pelo Núcleo de Documentação Histórica.

É interessante refletir que os equipamentos de laboratório de análises clínicas, materiais da gráfica offset, livros, rolos de filmes, estantes, os documentos e a memória da entidade ficaram neste galpão fechado por dez anos. Num olhar apressado, é possível enxergar aí a negligência e o abandono materializados na poeira, no caos, nos rastros de ratos e traças que se ocuparam dos milhares de papeis, filmes, slides, fichas, fotos, relatórios, cadernos, atas, cartazes, convites, cartas entre os anos de 1996 e 2006. Um olhar mais empático pode constatar, todavia, que guardar uma tonelada de papeis, dentre os quais os recados escritos em versos de fichas de consultas de ambulatórios, significa assegurar-se da esperança da memória no devir, e medo do apagar-se. E doravante os acontecimentos endossam essa perspectiva.

Os antigos membros da diretoria do instituto tinham a salvaguarda das chaves do galpão que reunia o material remanescente e havia uma zeladoria especial de dona Arlinda, uma senhorinha que residia em uma casa de tábuas no mesmo terreno onde o galpão fora construído e que o guardava com a (im)pertinência de uma guardiã. A nossa primeira pesquisa que havia precedido o projeto, em nível de graduação, tentava tangenciar estas memórias, arranhadas por meio de uma rede de conhecidos que haviam protagonizado os processos de militância política e social nos anos 1980 em Andradina, mas se ateve, à época, a documentos do Partido dos Trabalhadores e de recortes generosamente cedidos por uma ex-presidenta do IAJES, Valdete Bertuci. Apenas em 2004, quando a pesquisa já estava sendo realizada em nível de mestrado, fomos autorizados a adentrar ao galpão, com a ressalva de não estarmos desacompanhados durante as visitas de leitura e pesquisa aos documentos. Foi assim também que pudemos conviver com dona Arlinda, a zeladora guardiã que nos escoltava durante as incursões ao galpão-acervo. Porém, as contingências e urgências que marcaram a remoção dos equipamentos e acervos dos escritórios ao barracão na comunidade Pereira Jordão resultou em grande prejuízo ao sistema organizacional da documentação e ao

perecimento de muitos equipamentos e instrumentos. Para demonstrar isso, destacamos algumas fotos tiradas quando do nosso primeiro acesso aos documentos.

Imagem 1: Foto do barracão ainda com a documentação, 2004. (arquivo pessoal).



Fonte: Arquivo pessoal

Na imagem acima, apesar da baixa qualidade técnica da fotografia, é possível visualizar a dimensão e os aspectos do galpão que guardava a documentação. Próximo à entrada, no imediato interior, havia uma quantidade expressiva de garrafas pet, guardadas no galpão pelo filho de dona Arlinda, a zeladora, para possibilitar um acréscimo na renda da família. Nos demais espaços do seu interior, todavia, todos os materiais eram remanescentes do IAJES, conforme as imagens que seguem:

Imagem 2: Primeira fileira de estantes no interior do galpão, 2004.



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 3: Quarto anexo do galpão com mais estantes e equipamentos do IAJES, 2004.



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 4: Interior de um arquivo de aço presente no galpão, 2004.



Fonte: Arquivo pessoal

Além de permitir alguma percepção sobre as condições e quantidades de documentos no galpão, as imagens também podem nos ajudar a reconhecer a organização ainda presente, remanescente do acervo, muito importante para que a atual organização fosse produzida. Ao fim da pesquisa de mestrado, depois de inúmeras visitas e após longa permanência neste espaço, foi possível estabelecer um vínculo de confiança e diálogo com os membros da entidade. Quando o IAJES sofreu um novo problema referente à finalização de sua existência jurídica, em 2006, o próprio galpão passou a ser disputado judicialmente, culminando na sua expropriação e leilão.

Nesse cenário, acionados pelos militantes diante da iminência da perda inevitável deste tesouro de memórias, articulamos junto aos docentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, para incluir este acervo no rol de itens do projeto de organização do Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro. O projeto foi desenvolvido pelo professor Vitor Wagner Neto de Oliveira, com quem organizamos uma temporada de mutirões semanais que ainda contava com alunos e alunas do Curso de História para limpeza e retirada da massa documental do galpão aos espaços do NDH, numa distância de 40 quilômetros arduamente vencidos em três meses, de outubro a dezembro de 2006. Desde então, o acervo do IAJES, intitulado de Fundo Giancarlo Oliveriⁱⁱ, encontra-se no NDH sendo perenemente revisitado para ajustes da classificação e para pesquisas acadêmicas, distribuído em 4 arquivos de aço e 60 metros lineares de documentos em papel,

acondicionados em 179 caixas-arquivos, além de uma caixa de fotografias em processo de catalogação.

Com relação aos documentos em suporte de papel, a exceção de relatórios formais e atas, as cartilhas, panfletos e cartazes produzidos pelo IAJES se assemelham esteticamente aos materiais produzidos por outros movimentos e entidades progressistas daquele período, provavelmente porque as redes de movimentos populares orientados pelas instituições e matrizes discursivas da Teologia da Libertação compreendam um processo mais amplo de emergência política dos chamados novos movimentos sociais, compostos por uma base profundamente marcada por homens e mulheres comuns, das periferias e dos campos e com poucos anos de escolaridade.

Por isso, as cartilhas, panfletos e cadernos, por mais que possam cumprir as funções diretamente ligadas aos grupos aos quais a documentação vincula pelas classificações remanescente e atual, como de mulheres, se relacionam com os materiais de educação popular porque suas linguagens e desenhos promovem as experiências de conscientização, já que também não se descolam da missão presente no estatuto das entidades autoras, como no caso do IAJES, preocupada justamente em proporcionar a organização do povo mediado pelas práticas da educação popular libertadora. Muitos outros elementos se destacam quando olhamos as fontes do ponto de vista estético e que merecem ser exemplificados.

Imagens de movimentos de mulheres na memória documental

A análise documental da memória dos movimentos estudados, e aqui destacamos especialmente o grupo de Mulheres, pelas leituras realizadas até o presente o momento, precisa transcender a leitura do seu conteúdo específico e dialogar com o conjunto mais espraiado dos registros e memórias. Não apenas pela necessidade de relacionar as escalas entre micro e macro, entre estruturas e sujeitos, entre objeto e contextos, mas também porque, ao considerarmos que as mulheres do IAJES estavam presentes em toda a sua organicidade, na administração institucional, nas origens com as visitadoras, nas lutas pela saúde, nos bairros, no Partido dos Trabalhadores, essa dinamicidade pode ser capturada também pelos feixes horizontais da memória documental.

Estas relações são inferidas a partir da análise das cartilhas e panfletos de mulheres do IAJES dos anos 1980, onde observamos a presença de elementos estéticos e pedagógicos da educação popular que coadunam com as condições técnicas e materiais da entidade, geralmente em papel datilografado, adornado por reproduções de colagens de fotos ou

desenhos que se destacam por sua simplicidade, ao estilo de arte *naif*, porém sem a intencionalidade de alcance artístico simbólico do estilo, mas pela sua própria e genuína produção e autoria de/para classe popular.

Destacamos alguns exemplos de fontes presentes no acervo do IAJES:

Imagem 5: Cartilha da Rede Mulher, 1987.



Fonte: Acervo IAJES, NDH.

O documento acima consta no seu acervo em vários exemplares iguais, foi usado pelo Movimento de Mulheres de Andradina para estudos dos processos finais da Constituinte. No desenho da capa, dentro da representação do território brasileiro, conta uma casa com uma pequena roça, árvore, uma figura simples simbolizando uma mulher e o seguinte texto escrito

em letras cursivas: “Eu sou mulher brasileira e também muito sofrida, mas eu continuo lutando pelos direitos da vida”. Consideramos que a imagem encontra grande consonância com a identidade das mulheres organizadas nos movimentos populares, de onde se reivindicavam as origens agrárias e a justiça contra as expropriações a que foram submetidas.

Em Andradina, o IAJES produziu materiais referentes à formação dos bairros periféricos a partir da expulsão dos posseiros da Fazenda Primavera nos anos 1950 e 1960 (FERNANDES, 1985) e as mulheres da entidade lidaram com as lutas pela saúde também por meio de oficinas onde ensinavam os usos de remédios caseiros e ervas medicinais a partir dos conhecimentos oriundos de suas origens camponesas. A simplicidade da linguagem do desenho e os possíveis diálogos com as mulheres que os estudavam nos possibilita perceber conexões entre a estética documental e os sujeitos.

Outro aspecto a ser destacado dos desenhos é a capacidade de expressarem as pautas, os projetos de sociedade e as demandas de formas simples e lúdica. Os desenhos são fáceis de serem lidos pelas pessoas das camadas populares, sobretudo num período de grande analfabetismo de adultos, mas possuem detalhes que, analisados do ponto de vista social, apresentam um nível de complexidade inerente ao conhecimento das relações estruturais e políticas que eram pautas das lutas dos movimentos populares. Observe na capa do periódico abaixo:



Fonte: Acervo IAJES, NDH.

Na imagem acima, publicada pelo grupo de mulheres de Lins, muito presente nas atividades do IAJES e articulado ao movimento de mulheres de Andradina pelo MRM, também é possível observar a amplitude das pautas do ponto de vista interseccional. Os problemas enfrentados pela mulher representada no desenho são da ordem de gênero e classe, tangentes a questões políticas, sexuais e dos trabalhos doméstico e produtivo.

Os panfletos e cadernos produzidos pelo próprio instituto possuem a mesma estética para os demais grupos. Caderninhos com colagens de notícias e desenhos simples prevalecem, junto com relatórios de encontros, datilografados e onde as imagens são mais raras. Mas os desenhos encontrados nas cartilhas e cadernos se repetem, isto é, reincidem em vários documentos de várias origens, a exemplo desta imagem abaixo, que encontramos em ao menos duas publicações:

Imagem 7: Imagem presente no Convite do I Encontro de Três Lagoas, 1984 e na Edição nº 5 do Boletim Vai e Vem, de 1982.



Fonte: Ambos presentes no acervo documental do IAJES.

Muitas imagens e desenhos se repetem com regularidade na infinidade de cartilhas e cadernos das outras caixas arquivos de séries e grupos presentes no acervo do IAJES, evidenciando a possível existência de um banco ou troca corrente de imagens que ainda precisa ser desvendada para responder a essas e outras indagações. Nelas, raramente

encontramos a autoria das figuras expostas nas fontes, permanecendo apenas a evidência de seus usos nas atividades correntes de panfletagens e estudos e nas possibilidades de leituras das intencionalidades pedagógicas dos traçados simples e intensamente políticos de suas linhas. Cíntia Lima Crescêncio, ao investigar o humor gráfico feminista deste período no Cone Sul, destaca que ele “é um tema inesgotável. É possível construir pesquisas que enfoquem na recorrente opção por charges e tiras não assinadas, o que reforça a importância da horizontalidade para os movimentos” (CRESCÊNCIO, 2016, p. 319).

Mas além da sua recorrência, a imagem acima também provoca um olhar interseccional crítico pelo seu conteúdo. Podemos observar, não obstante tratar-se de uma imagem utilizada para documentos dos grupos de mulheres, que ela aponta o tensionamento entre mulheres brancas e negras nas faces de suas relações de classe, de trabalho, notadamente o doméstico. A escolha das dimensões das mulheres representadas invoca a ideia de poder e opressão. A crítica se estende para a condição de religiosa da mulher branca e deve ser compreendida como crítica por figurar os documentos de grupos e entidades católicas.

Por fim, esta incursão aos aspectos estéticos da memória do movimento de mulheres também possibilitou compreender que os movimentos e entidades periféricas, fora do eixo Rio-São Paulo, produziam, nos anos 1980, cartilhas e cadernos muito parecidos, com o uso de banco de imagens comum, com recursos gráficos peculiares e aparente propósito pedagógico pertinente aos elementos constitutivos de uma educação popular de viés libertador, produzidos, ou ao menos manipulados graficamente, pelos próprios sujeitos, com traços que coexistem com estratégias de ação orgânica política dos grupos. Todavia, ao pesquisar o acervo documental de movimentos populares do Centro Pastoral Vergueiroⁱⁱⁱ, que reúne fontes documentais digitalizadas de variados grupos sociais do Brasil daquele período, podemos averiguar que os movimentos e entidades localizados nos grandes centros urbanos possuem uma estética diferenciada daqueles grupos periféricos.

Com o passar dos anos e até o fim da década de 1980, os cadernos e cartilhas produzidos por grupos de mulheres paulistanos e cariocas vão se assemelhando à estética dos jornais, ainda que mantenham o conteúdo popular e alguma potência de ser usado como instrumento pedagógico de educação popular. Essas fontes perdem a aparência do improvisado e do risco popular para ganhar uma visão editorial mais profissional, provavelmente coadunando com o desenvolvimento social e material das entidades autoras. O IAJES, assim como outros grupos presentes no acervo do CPV, do Pará, Minas Gerais, Paraná, mantém a estética menos profissional e repleta de imagens e desenhos amadores ou retirados deste eventual banco comum, ainda a ser investigado.

Essa sensível diferença pode denotar que os caminhos e recursos entre as entidades do tradicional centro econômico e político brasileiro expressam a particularidade entre as experiências políticas da emergência desta nova esquerda que, portanto, não deve ser compreendida como um grande bloco homogêneo formado por matizes progressistas e populares, pois os elementos podem estar desigualmente distribuídos na geopolítica das experiências sociais resultantes, restando aos grupos marginalizados no território, os poucos recursos da criatividade e das redes de trocas de materiais para uso didático com muitos outros movimentos no país, produzindo um acervo documental com um número de materiais obtidos por meio de correspondências muito mais do que por autoria própria, como parece ser o caso do IAJES, apesar da existência de uma máquina offset.

Considerações finais

Neste texto, foi possível apresentar brevemente o IAJES, o seu movimento de mulheres e o acervo documental referente a estas experiências a partir das trajetórias da pesquisa que trouxe a entidade ao cenário acadêmico atual, mas que coaduna com os últimos traçados da existência jurídica da instituição e os percursos de constituição do arquivo documental do NDH, na UFMS. Ao relacionar estas faces e trajetórias a alguns aspectos presentes nos próprios documentos, buscamos atentar ao fato de que para se estudar um grupo específico, tal como de mulheres, não devemos nos ater apenas às caixas-arquivos registradas como pertinentes ao grupo Mulheres no acervo.

Desconhecer a historicidade do acervo e da produção documental da entidade é incorrer num erro inescapável de reducionismo, uma vez que já foi demonstrado, em pesquisas que precederam essa análise, que os grupos ali organizados realizavam um trânsito intenso dentro da entidade e nas redes por ela estabelecida. Para capturar a riqueza destas dinâmicas, não basta conhecer as teorias resultantes das experiências realizadas e analisadas em São Paulo e compará-las aos cartazes empunhados nos bairros de Andradina, é preciso tensionar as fontes para que elas digam mais do que evidenciam em palavras e apreender aquilo que também é ímpar nos processos específicos.

Quando se tratam das fontes dos movimentos populares, muitas vezes os desenhos e imagens podem nos ajudar, outras vezes, as estéticas editoriais também podem contribuir para que enxerguemos as peculiaridades e diferenças geopolíticas das ações que investigamos, e podemos nos surpreender com a originalidade presente em imagens copiadas quando elas nos revelam estratégias de comunicação, de serem vistos e ouvidos em rede com menos recursos,

daí a importância fulcral de descentrarmos nossos olhares às periferias das periferias, pois não basta serem vistas de baixo para cima, também podem ser das margens dos de baixo, ensinando aos pesquisadores lições de diálogos que são entraves sociais e políticos ainda no século XXI.

As imagens destacadas e analisadas no texto apontam para a percepção que os grupos construíam seus materiais como cartilhas de estudos e militâncias por meio de uma rede de solidariedade com possibilidade de trocar não apenas correspondência, mas os próprios desenhos usados para ilustrar os documentos. A estética remete à arte *naif*, ou desenhos populares, a exemplo da simplicidade aplicada por Brennan nas cartilhas de educação popular que Paulo Freire criara para seu projeto de alfabetização de adultos nos anos 1960. Mas engana-se quem acredita que esta simplicidade se aplica aos sentidos e significados imagéticos, pois suas linhas e traçados representam questões complexas, como o reconhecimento da dimensão interseccional das suas demandas. Se apenas muito recentemente estes elementos têm figurado no campo acadêmico, é preciso dizer que isso se deu em parte porque não fomos capazes de ler imagens que já condicionavam lutas de gênero à raça e classe, como pudemos observar nos desenhos das fontes dos anos 1980.

Por fim, algumas características inerentes às trajetórias do acervo apresentado e em comparação aos grupos populares localizados em outras cidades, também nos permite inferir que os movimentos populares do interior do país também é atingido pelo aspecto geopolítico da produção do conhecimento e circulação de recurso, mas as estratégias que os enredam para os fortalecer merece renovada avaliação em tempos em que a divulgação do conhecimento é tema latente dentro e fora da academia.

Estudar e conhecer as mulheres em suas lutas, organizações e movimentos, auscultando suas escritas, saberes e imagens, é uma tarefa a que devemos nos debruçar não para apresentar uma faceta cultural de um tempo, mas ainda para tensionar as determinações profundamente entranhadas e naturalizadas de uma sociedade e procurar outras projeções de sociedade. Se o machismo é estrutural, por que as expressões de resistências e suas antíteses são lidas ou resumidas como movimentos de identidades? Para desnudarmos os pontos cegos que persistem, é recomendável renovar nossos olhares às fontes, às memórias produzidas e legadas como evidências que nos possibilitem espreitar e nos aproximar sempre mais das experiências, práticas, representações e expectativas forjadas pelos sujeitos em luta. Concluímos, finalmente, que agência humana das mulheres populares organizadas nos anos 1980, frente às estruturas, tem um sujeito central: as redes solidárias de comunicação e ação e, muitas vezes, desenhadas para serem melhor compreendidas.

Referências bibliográficas

BIROLI, Flávia e Luis Felipe MIGUEL. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, vol. 20, nº 2. Londrina, 2015, pp. 27-55.

CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. *Quem ri por último, ri melhor*: humor gráfico feminista (Cone Sul, 1975-1988). Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. OLIVEIRA, Mariana Esteves de. “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”: Movimento de Mulheres do IAJES, Movimento Regional de Mulheres e a luta por democracia no Brasil. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 26, 2019.

ENTREVISTA com Ana Maria Esteves Bortolanza. Realizada por Mariana Esteves de Oliveira. Maio de 2020.

ENTREVISTA com Aparecida Gonçalves. Realizada por Mariana Esteves de Oliveira. Janeiro de 2016.

FERNANDES, Maria Esther. *A reforma agrária no discurso dos lavradores da Fazenda Primavera*. Tese de Doutorado em Comunicação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985. 202 p.

GONÇALVES, Janice. “História e memória dos movimentos sociais: em torno da preservação de seus registros”. In: *ANAIS do II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais*. UFSC, Florianópolis: dezembro de 2003.

GROH, Dieter. “Base-processes and the problem of organization: outline of a Social History research project”. In: *Social History*, v. 4, nº 2, p. 265-283, May 1979.

HOOKS, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IAJES, *Cadernos IAJES*, 1979. Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. *O grito abençoado da periferia: movimentos populares entre a religião e a política no noroeste paulista*. Curitiba: CRV, 2016.

SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Recebido em: 20/11/2020

Aprovado em: 20/02/2021

Publicado em: 07/05 2021

Notas

ⁱ O texto resulta da pesquisa realizada em apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMS, cadastrada por meio do edital PROPP - Pesquisa e Inovação sem Fomento n. 55/2018 e intitulada: “O que as mulheres querem ver na Constituição”: Participação e experiência política do movimento regional de mulheres de Andradina-SP na Constituinte (1984-1988).

* Doutora em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (2016). Atualmente é professora adjunta na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), no Campus de Três Lagoas (CPTL), no curso de História. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9411-3206> ; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8095389809511868>.

ⁱⁱ O acervo pode ser previamente consultado pelo site: http://www.ndh.ufms.br/?page_id=14#7.

ⁱⁱⁱ O acervo pode ser consultado pelo link <http://www.cpvsp.org.br/acervo.php>.